

Política e emancipação

LUÍS FERNANDES*

O presente debate sobre “Partidos de Esquerda e Revolução no Brasil” organizado pela revista *Crítica Marxista* nos fornece um importante e singular espaço de reflexão sobre a ação política da esquerda brasileira ao longo da última década. Na verdade, apesar de serem muito atuantes e de exercerem (quando unidos) considerável influência política e social no país, os partidos de esquerda não têm dedicado maior atenção à sistematização teórica da sua rica experiência, sobretudo no que concerne a articulação dessa experiência com o objetivo programático mais geral da transformação socialista da sociedade brasileira. Em outras palavras, nossa ação política tem sido marcada por fortes doses de praticismo. Minha breve contribuição para o presente debate pretende, justamente, chamar atenção para alguns temas teóricos subjacentes que me parecem cruciais.

Duas formulações da teoria política do marxismo clássico me parecem chaves para a reflexão sobre a ação política da esquerda brasileira: o reconhecimento do caráter de classe do poder de Estado e a identificação da centralidade das formas de apropriação na estruturação e conformação da vida social. Ambas as questões já se encontram formuladas explicitamente nas páginas do sesquicentenário *Manifesto Comunista* e foram sustentadas e desenvolvidas por Marx e Engels ao longo do restante das suas vidas.

A primeira questão mencionada acima nos alerta para o viés de classe materializado nas instituições e práticas do Estado. Este se revela, assim, o “poder organizado de uma classe para opressão de outra”, mesmo quando absorve reivindicações parciais das classes oprimidas, como ocorreu com a progressiva extensão do sufrágio nos Estados liberais a partir das primeiras mobilizações operárias no século passado. Essa compreensão teórica marxista nos guarda contra a ilusão de que eventuais conquistas de governos ou maiorias parlamentares pelos partidos de esquerda possam, por si, alterar a natureza de classe do Estado.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio e do Departamento de Ciência Política da UFF.

A segunda questão indicada nos chama atenção para o fato da própria polarização de classes da sociedade estar fundada sobre estruturas de propriedade e as relações sociais a ela vinculadas. Qualquer projeto efetivo de emancipação, portanto, tem, forçosamente, de colocar como questão fundamental a superação das estruturas altamente concentradas de propriedade privada, como já nos alertavam Marx e Engels nas páginas finais do *Manifesto*. Acredito, mesmo, ser essa a linha que demarca uma orientação “revolucionária” de outra meramente “reformista” no seio da esquerda. Esta compreensão não implica, no entanto, qualquer subestimação da importância da luta por reformas, como veremos mais adiante.

As duas formulações teóricas que acabamos de ver têm implicações diretas e profundas para a ação de partidos que buscam realizar um projeto de emancipação via a transformação socialista das suas respectivas sociedades. Uma primeira e crucial consequência é a absoluta centralidade da luta política para essa realização. É necessário disputar e conquistar o poder de Estado (isto é, o monopólio coercitivo e administrativo exercido por essa forma social dentro de determinado território) para implementar a transformação progressiva das estruturas de propriedade e das relações de opressão, exploração e alienação a ela associadas. Isso, por sua vez, exige a organização de partidos políticos orientados para a transformação socialista. É precisamente em torno dessa questão que se trava toda a polêmica de Marx com os anarquistas no século passado. Mas como o poder de Estado materializa na sua configuração institucional a dominação de classe que lhe é específico, estes partidos devem orientar a sua ação política para a *ruptura* com as formas assumidas pelo Estado burguês (mesmo no formato liberal-democrático), de forma a erguer e consolidar um *novo poder* com instituições e práticas que materializem a dominação política dos trabalhadores (com uma configuração democrática mais ampla e mais profunda do que o mais democrático dos Estados liberais). Essa defesa da necessidade da revolução era a base da crítica dirigida pelo marxismo clássico às ilusões dos que ele chamava de “socialistas burgueses”.

Esses pontos básicos da teoria política marxista me parecem ainda atuais. Mas a questão que se coloca em seguida é a que mais se liga ao debate sobre a experiência recente da esquerda brasileira: que caminho político os partidos de orientação socialista devem trilhar para efetuar a ruptura com a configuração estatal existente e viabilizar a transformação socialista da propriedade e das relações sociais? Com o advento do “foquismo” nos anos 60 e 70, o debate da esquerda sobre essa questão, no Brasil e na América Latina, foi dominado pela contraposição genérica da opção pela “luta armada” à opção pela “transição pacífica”. Essa me parece, de fato, uma falsa polêmica, pois reduziu o que é, efetivamente, uma complexa discussão programática, conceitual e estratégica a uma

mera questão de escolha de métodos de luta (na maior parte das vezes sem situar essa escolha nas especificidades da luta social e política de cada formação social nacional).

Nos anos 80 e 90 o debate ressurgiu com menos intensidade via a contraposição igualmente genérica da “revolução” à “reforma”. A questão, uma vez mais, me parece malposta. A relação entre a luta por reformas e o advento de rupturas revolucionárias, na verdade, é muito mais complexa e variada do que essa contraposição doutrinária faz supor. O fato é que todas as experiências de rupturas revolucionárias no século XX foram conduzidas por movimentos sociais e políticos que exigiam *reformas* (a retirada da guerra e a distribuição de terras aos camponeses na Rússia, a unificação e libertação nacional na China, o fim da ocupação nazista na Europa Central e do Leste, o fim da corrupção e o resgate da dignidade nacional em Cuba, etc.). Foi justamente ao encabeçar a luta por reformas de forte apelo popular (reformas essas que, por distintas razões, os antigos regimes não podiam atender) que as forças socialistas se tornaram hegemônicas no interior dos processos revolucionários dos seus respectivos países e puderam encaminhá-los para a transformação socialista.

A discussão do parágrafo anterior nos remete para o tema da disputa da “hegemonia”, tão caro a importantes pensadores e dirigentes políticos marxistas do início deste século, como Lenin e Gramsci (o primeiro adotando um enfoque mais propriamente político do tema, e o segundo combinando elementos políticos e culturais). Crucial na abordagem de ambos é a defesa de uma ação política ampla dos partidos de orientação socialista, rompendo com os limites da consciência meramente corporativa que os trabalhadores desenvolvem de forma espontânea a partir dos valores dominantes da sociedade capitalista. Essa concepção aponta para a necessidade de atuar no curso do processo político de cada país, buscando construir alianças e frentes contra-hegemônicas adequadas à correlação de forças de cada fase desse processo (isto é, procurando, simultaneamente, isolar e golpear o adversário principal de cada fase, neutralizar as forças vacilantes e ampliar o bloco de forças que se opõe ao adversário). Esse tipo de atuação é fundamental para evitar que o adversário principal consiga marginalizar ou isolar as próprias forças socialistas no curso da luta política. Afinal, não há maior punição para um partido que pretende “fazer história” do que se tornar politicamente irrelevante...

A concepção de ação política revolucionária descrita acima me parece absolutamente fundamental para a reflexão sobre os caminhos da esquerda brasileira. Ela exige, em particular, que cada partido parta das particularidades da formação social onde atua para formular seu programa, estratégia e táticas de atuação política. Em outras palavras,

que o projeto socialista de emancipação universal se enraíze fortemente no solo nacional. Ela é visceralmente contrária, portanto, aos “modelos únicos de socialismo” ou de “transição ao socialismo” que estiveram tão em voga no século XX.

Isso nos conduz, por fim, à análise das particularidades do processo político brasileiro. Ao longo da última década, a vida política nacional tem sido marcada pela tentativa de consolidar um novo modelo liberal de desenvolvimento, em substituição ao modelo nacional-desenvolvimentista que predominou no país entre os anos 30 e 80 ainda nos limites de um capitalismo dependente. A ofensiva neoliberal deflagrada no governo Collor e consolidada no primeiro governo de Fernando Henrique vem destruindo instrumentos fundamentais de defesa da soberania econômica e política do país erguidos na era desenvolvimentista anterior, além de aprofundar a crise social e agravar as desigualdades sociais em um país que já é recordista mundial de desigualdade. Mesmo no âmbito do empresariado nacional, essa política tem penalizado fortemente o setor produtivo, desviando cada vez mais recursos e riqueza para a realização dos lucros de atividades financeiras meramente especulativas. Do ponto de vista político, a implementação desse projeto tem implicado no reforço das tendências *autoritarizantes* do governo federal, com a hipertrofia do poder executivo, estrangulamento financeiro dos governos estaduais e proposições para a restrição do pluralismo político. A implantação do projeto neoliberal no Brasil vem, portanto, deflagrando e agravando múltiplas contradições que hoje se materializam de forma dramática na crise financeira. Esse projeto hegemônico dominante, que até pouco tempo atrás parecia plenamente vitorioso na sua consolidação, apresenta, já, claros sinais de esgotamento.

Os pontos capazes de aglutinar, nesse contexto, um “bloco histórico” contra-hegemônico me parecem claros: a defesa da soberania nacional, da democracia e dos direitos sociais e trabalhistas. Os partidos de esquerda vêm acumulando forças no país tratando desses temas, mas nem sempre com a prioridade e atenção que a gravidade da presente crise exige. De fato, a crise de hegemonia que parece estar se desenvolvendo exige que a esquerda rompa com uma agenda meramente defensiva, para compor um bloco amplo de forças capaz de se viabilizar como alternativa efetiva de poder e pólo de um novo modelo de desenvolvimento nacional, agrupando todos os setores que são negativamente afetados (em distintos graus e de distintas maneiras) pelo projeto neoliberal. Do ponto de vista político, isso implica a construção de uma frente contra-hegemônica de centro-esquerda que vá além das fronteiras dos principais partidos de esquerda (PT, PDT, PSB e PCdoB). Assumindo a liderança da constituição dessa frente, a esquerda estará disputando efetivamente a hegemonia do país e abrindo caminho para transformações mais profundas.

A disputa e ocupação de poderes executivos a nível municipal, estadual e federal, bem como de cadeiras nas casas legislativas são, evidentemente, parte importante do processo de acumulação de forças pelos partidos de esquerda no Brasil. A questão que surge a partir da reflexão teórica que abriu este artigo é a seguinte: mas isso não significa se enquadrar passivamente no viés de classe que marca a própria institucionalidade do Estado? Eu diria que isso depende da concepção que preside a atuação dos partidos nesse processo de acumulação. Uma referência teórica importante para elucidar essa questão pode ser encontrada na introdução escrita por Engels há pouco mais de um século (em 1895) para o livro *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, de Marx. Ali, refletindo sobre as novas condições políticas criadas para o movimento socialista alemão com a extensão do sufrágio, ele argumenta que os trabalhadores deveriam explorar até o seu limite a legalidade democrática nos marcos do Estado burguês, de forma a lançar sobre a própria reação *junker*/burguesa o ônus político da ruptura da sua própria legalidade. Em termos leninistas/gramscianos, isso poderia ser crucial para processar a ruptura em uma correlação de forças mais favorável, conquistando e/ou preservando a hegemonia política das forças socialistas no seu bojo e abrindo caminho para formas democráticas mais amplas e menos formais. Quem sabe não está aí uma chave teórica crucial para orientar e dar coerência à atual ação política da esquerda brasileira.

FERNANDES, Luís. Política e emancipação. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.8, 1999, p.120-124.

Palavras-chave: Partidos de esquerda; Revolução; Política; Emancipação.